

Acelerada e tumultuada



Por **CARLOS ÁGUEDO PAIVA***

Uma interpretação da conjuntura de setembro de 2021 à luz da crise econômica estrutural do país

Antes de mais nada, é preciso reconhecer o fundamental: a conjuntura está acelerada e tumultuada. Isto significa dizer, que é preciso abrir mão da pretensão de “certezas e clarezas meridianas”. Mais do que nunca, o princípio das ideias “claras e distintas” deve ser colocado de lado. Não se trata de abraçar qualquer princípio “anti-cartesiano”. Trata-se meramente de adequação ao objeto: à realidade atual. Ela não está clara, está em turbulência, num movimento acelerado que gera muita “poeira e névoa”, inviabilizando a percepção nítida dos atores e ações. Se as ideias estiverem muito claras só pode ser porque estão baseadas em uma análise simplificada e simplificadora

Contudo, o reconhecimento da complexidade do momento em que vivemos não pode nos impedir de tomar referenciais teóricos consolidados para orientar nossa análise. Muito antes pelo contrário. Só podemos trazer alguma clareza ao confuso e complexo quadro atual se o observarmos utilizando os óculos, os microscópios e os telescópios adequados que são oferecidos pela teoria. Neste sentido, a epígrafe de Trotsky que abre o artigo “O grito da Paulista” de Valério Arcary, publicado no dia 10 de setembro em “A Terra é Redonda”, é muito esclarecedora:

A burguesia em declínio é incapaz de se manter no poder com os métodos e meios de sua própria criação – o Estado parlamentar. Mas a burguesia estabelecida não gosta dos meios fascistas de resolver seus problemas, pois os choques e distúrbios, embora sejam do interesse da sociedade burguesa, envolvem perigos também para ela. Esta é a fonte do antagonismo entre o fascismo e os partidos tradicionais da burguesia” (Leon Trotsky, [The Struggle Against Fascism in Germany](#))

Do meu ponto de vista, o que assistimos recentemente – dos gritos da Avenida Paulistana dia 7 de setembro à Carta Temer-Bolsonaro dois dias depois – não foi mais do que a demonstração cabal de quão disfuncional seria (e é) para a burguesia nacional e demais estratos dominantes a implantação de um regime genuinamente fascista no Brasil de hoje. Os motivos desta resistência são inúmeros. Mas fica mais fácil entendermos a resistência quando entendemos o oposto: quando ele é funcional e necessário.

O fascismo só é funcional quando: (1) emerge um desafio real à ordem burguesa ou, pelo menos, um risco profundo e atual de rompimento com a estrutura de propriedade e estratificação social consolidada; (2) o ordenamento fascista garante autonomia de gestão a um governo com capacidade de enfrentar os gargalos econômico-estruturais e alavancar/acelerar, simultaneamente, a acumulação de capital e o emprego, e por extensão, fazer crescer, simultaneamente, as massas de lucro e salário.

Este era o quadro típico da Alemanha em 1933. Hitler tirou o que restava de poder aos socialdemocratas e sufocou a ascensão dos comunistas. Também rompeu com os últimos traços do asfixiante Tratado de Versalhes e impôs um padrão de administração e intervenção econômica em que o Estado passou a dirigir e a puxar a economia, ampliando os gastos militares e a formação bruta de capital fixo, com rebatimentos sobre a demanda agregada e o emprego, dentro de uma estratégia em que não havia espaço para a explosão de preços e a especulação com divisas estrangeiras.

Nada disso está posto no Brasil contemporâneo. Não há risco de emergência de uma ordem socialista. Nem mesmo há risco de radical descontinuidade do padrão de ordenamento e estratificação social burgueses. O principal – e, num certo sentido, mais “radical” – partido na oposição do atual governo é o PT. Trata-se de um partido reformista, que já demonstrou

sua capacidade de administração, de negociação com o Congresso e de respeito à Constituição e às “normas não escritas” de funcionamento da estranha e excludente “democracia brasileira”. Simultaneamente, a gestão econômica de Bolsonaro tem sido titubeante, errática e totalmente incapaz de retirar o país da crise. Uma crise em que o país se encontra hoje e para a qual foi rumando e remando lentamente desde 1994. Na verdade, o compromisso da elite nacional com o programa neoliberal e privatizante que galvaniza o pensamento de 11 entre 10 conservadores no Brasil contemporâneo está desidratando o Estado e impedindo que ele assuma o protagonismo que deveria assumir no enfrentamento e superação da crise econômica estrutural em que o Brasil se enredou.

O cerne da crise da economia brasileira é o seu prolongado processo de desindustrialização. Da perspectiva dos trabalhadores, as duas maiores expressões desta crise são as elevadas taxas de desemprego (que afetam, fundamentalmente, a antiga “elite” deste estrato social: o operariado industrial) e a queda do salário médio, associado à gradual depressão do número de trabalhadores melhor remunerados. Do ponto de vista do empresariado, esta crise aparece como crescimento pífio em praticamente todos os setores (exceto o agronegócio). O que isto significa? Que alguns setores perdem faturamento e lucro a cada ano que passa. Outros, estão estagnados. E outros crescem muito pouco. E isto é muito mais problemático do que pode parecer a um não-empresário (e não-economista). Como costumava dizer o falecido Carlos Lessa: “a economia capitalista é como um avião. Só fica estável em movimento acelerado. Se parar ou diminuir a velocidade, cai e se espatifa”. Estamos devagar quase parando. Nestas circunstâncias, o peso dos custos fixos se eleva e a taxa líquida de retorno (exclusive ganhos financeiros, apenas ganhos produtivos e/ou da atividade principal) cai mais rapidamente do que o faturamento. Em português (e não em “economês”): mesmo empresas com faturamento discretamente crescente apresentarão lucro estável e empresas com faturamento decrescente apresentarão um decréscimo nos lucros de ordem ainda maior do que aquelas de faturamento estável. Qual o problema? Simples: a ordem econômica burguesa é um sistema darwiniano radical que promove a diminuição sistemática do número de sobreviventes dentro do ambiente. Quem não come, é comido; quem não cresce, morre.

Ora, os problemas estruturais da economia brasileira vêm desde a instalação do Plano Real. Num primeiro momento, quem perdeu foi a indústria via exposição competitiva associada à utilização das “âncoras siamesas” – monetária (juros) e cambial (valorização do real) – no controle da inflação. Esta perda imposta à indústria pelo Plano Real de FHC se aprofundou nos anos do PT. Por quê? Porque, nestes anos, o Banco Central manteve sua autonomia e sua política de controle da inflação. Na verdade, a autonomia do Bacen foi aprofundada nos anos petistas, por negociações envolvendo o Executivo, o Senado (que aprova- ou veta! -o indicado pelo Presidente da República para o cargo de Presidente do Banco Central) e a poderosa Febraban. O resultado foi a manutenção de uma política de controle inflacionário centrada na depressão relativa do preço dos setores *tradables* (importáveis e exportáveis). O agronegócio e a indústria mineradora driblaram os efeitos perversos destas políticas sobre sua lucratividade através do acelerado crescimento do preço internacional das *commodities*, capitaneados pelo crescimento da China. Quem pagou o pato foi a indústria, sob crescente pressão competitiva pelo *trend* exportador do novo motor econômico do mundo: a mesma China. Simultaneamente, as políticas salariais, sindicais e de fiscalização das relações trabalhistas dos governos do PT ampliavam o poder de barganha da classe trabalhadora e, com ela, as taxas nominais e reais de salário. A indústria via sua rentabilidade produtiva acicatada como uma pinça: salários de um lado e juros/câmbio de outro, sem nenhuma possibilidade de repassar os custos em ascensão para os preços, em função da concorrência externa. Neste quadro, a importação de bens industriais aumentava e o mercado interno e externo da produção nacional minguava. A reação do empresariado industrial se manifestou no rompimento da FIESP com o Governo Dilma. Muitos (ainda) não entenderam este rompimento e o classificam como “traição” e, até mesmo, de “falta de horizonte” da burguesia. Os que assim classificam o movimento, confiam demais na eficácia de políticas compensatórias (subsídios fiscais, acima de tudo) e em políticas de apoio à inovação (nas quais os governos petistas foram pródigos e eficientes) para o enfrentamento de problemas estruturais de mercado. Estas políticas são – e se revelaram! – claramente insuficientes.

Ocorre, contudo, que a economia é um sistema de vasos comunicantes. E a crise da indústria transborda de si mesma para os demais segmentos produtivos. O desemprego – por exemplo – na indústria calçadista do Rio Grande do Sul não poderia deixar de transbordar para (a demanda e o crescimento) do comércio e dos serviços em todo o território ocupado pelo grande *cluster* de calçados na Região Metropolitana de Porto Alegre. E o que vale para esta indústria-território, vale para todo o país, que passou a apresentar, paulatinamente, taxas decrescentes de crescimento do PIB ao longo da década de dez. A crise – já manifesta em 2014, quando o PIB do país cresceu 0,5% a.a., a despeito de todo o esforço de mobilização e

gastos do setor público – se aprofundará no ano de 2015 (com a radical, equivocada e mal sucedida mudança de política econômica do segundo mandato de Dilma) e nos anos subsequentes, nas gestões Temer e Bolsonaro.

O que está impedindo o país de enfrentar seus gargalos estruturais? Muito simples: o projeto burguês em curso desde 1989 é o projeto da desidratação e enxugamento da máquina pública. Não é o projeto de 1964, que se utilizava da força e capacidade de mobilização financeiro-fiscal e produtiva do Estado para alavancar e fortalecer a competitividade do conjunto dos setores produtivos nacionais (com ênfase na burguesia industrial e financeira) e, por extensão, fortalecer a autonomia e expressão política e econômica do país no mundo. Qual o motivo desta mudança de perspectiva e estratégia?

Ao contrário do que muitos pensam, não se trata de “cegueira ideológica” e “compromisso inconsequente e ignorante” com um programa neo-liberal, que já teria se revelado inconsistente nos países centrais. Se se quer entender a racionalidade desta “pseudo-cegueira” é preciso entender que, desde as primeiras eleições presidenciais após a crise da ditadura, que o segundo turno é disputado entre “o candidato da Globo-e-da-Ordem-e-Progresso” e um candidato do “Partido dos Trabalhadores”. A surpresa representada pela presença de Lula no segundo turno de 1989, alimentou um novo consenso e uma reação. O novo consenso era de que o PT, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao poder. A reação foi: é preciso desidratar o (enorme, tentacular, poderoso, com enorme capacidade de interferência sobre a ordem econômica e a estratificação social) Estado Brasileiro antes da emergência da “perigosa e anunciada” vitória petista.

FHC fez o que pode. Sua vitória foi conquistada com o Plano Real: ali, entregaram-se os anéis dos lucros inflacionários, em troca dos dedos leviatânicos do Estado. FHC presidiu a festa privateira, na qual a desidratação do Estado se associava à reacomodação dos espaços relativos da burguesia nacional e internacional: abria-se, para a última, nichos até então fechados, como o sistema financeiro, enquanto se promovia a emergência de um novo segmento da “burguesia nacional” em setores da mineração (Vale), Siderurgia (CSN) e serviços de utilidade pública (concessões elétricas, Oi, etc.), que – esperava-se – seria cronicamente anti-petista.

Mas a estratégia foi insuficiente. Mesmo com um Estado desidratado e com uma nova composição burguesa oriunda de uma política de privatização baseada em “leilões organizados”, o PT não apenas conseguiu governar como conquistou 4 reeleições consecutivas. O “problema” dos governos do PT não foi a ineficácia, ineficiência e inefetividade dos mesmos. Muito menos a corrupção. Não importa o que a Globo e seus analistas pretendam e/ou queiram convencer a população. O “problema” foi exatamente o oposto.

Porém, os governos do PT não conseguiram desatar o “nó cego” da Economia Brasileira: a política monetário-cambial de controle inflacionário, que vem levando à paulatina desindustrialização e perda de dinamismo econômico, comprometendo a autonomia e a soberania nacional. Quando a crise emergiu em 2014 e foi levada ao extremo em 2015, emergiu a possibilidade de reação conservadora. Que se manifestou no golpe de 2016, na prisão de Lula e nas eleições de 2018, que foram monitoradas pelo Exército (Villas-Boas), manietadas por um STF comprometido com o golpismo (e presidido pelo títere Dias Toffoli) e galvanizadas pela grande encenação da fake-ada jamais investigada a fundo pela ardilosa e conservadora mídia nacional.

O período 2016-18 foi o período dos “sonhos” do projeto político hegemônico das “classes conservadoras” do país. Foi mantida não apenas a aparência, mas a vigência de um ordenamento político-institucional formalmente democrático, mas integralmente tutelado por um sistema de Justiça (Judiciário e MPF) e de Segurança (Forças Armadas, e Polícias Federal, Militares e Cíveis) altamente politizado e comprometido com a sustentação da excludente estrutura social e econômica brasileira. Dada a deterioração da respeitabilidade e apelo político-social dos partidos conservadores, que se envolveram com o golpe de 2016 e que foram profundamente maculados e manchados com a criminalização/judicialização da política neste período lava-jatista, só sobrou a alternativa do “novo-auto-pretendido” *outsider* como candidato com suficiente apelo de massas para vencer o inimigo maior – o PT – nas eleições presidenciais de 2018: o capitão Bolsonaro. Ele nunca foi o candidato preferencial do arranjo golpista. Mas era o candidato possível para manter a pantomima da pseudonormalidade cívico-político-institucional. O que se esperava dele é que “soubesse o seu lugar” e dançasse a música com respeito à hierarquia consolidada. Mas não foi exatamente isto que aconteceu. O “capitão” resolveu governar.

Bolsonaro não “invadiu todas as praias”. No plano econômico, manteve seus compromissos. Pôs Paulo Guedes a gerir a continuidade das reformas e da desidratação do Estado que conformam o eixo do projeto conservador hegemônico. Colocou Tarcísio Gomes de Freitas (o competente ex-Diretor Geral do DNIT no Governo Dilma), no Ministério da Infraestrutura, com a tarefa de atender as demandas de “enfrentamento dos custos logísticos” que acicatam a

rentabilidade do agronegócio exportador. Colocou Tereza Cristina Dias para gerir a Agricultura. E Ricardo Salles para deixar passar a boiada no Meio-Ambiente.

O problema é que o próprio “projeto econômico” conservador no Brasil de hoje é marcado por contradições profundas. A desidratação do Estado e o respeito (ou, pelo menos, tentativa de respeito) à regra do teto retiram eficácia do Estado na promoção do investimento, na retomada do crescimento e no atendimento das demandas empresariais por renovação da infraestrutura e depressão do custo Brasil. De forma que, mesmo com a continuidade das reformas liberalizantes, a eficácia das mesmas foi pífia.

Há duas interpretações que os economistas dão para a “eficácia de reformas liberalizantes”: 1) as reformas mudam a estrutura da economia, mas o período de readaptação é longo e penoso; portanto, seus “efeitos positivos” só são notados no longo prazo; 2) as reformas deprimem o poder de compra da classe trabalhadora e de intervenção do Estado, aprofundando os crônicos problemas de demanda efetiva da ordem capitalista, de sorte que não são eficazes, nem no curto, nem no médio, nem no longo prazo. Os liberais defendem o primeiro ponto de vista; os keynesianos e – como regra geral – os heterodoxos defendem o segundo^[4]. Minha perspectiva é heterodoxa. Mas este ponto – aqui – é menor. O que importa entender é que, mesmo dentro da lógica liberal, as reformas estruturais não teriam eficácia para a recuperação da economia no *curto prazo*. E os problemas já começam por aí: o prazo que a burguesia em geral – e a industrial, em particular – estava disposta a dar era curtíssimo. Aliás, a burguesia brasileira está acostumada a exigir tudo “prá ontem”.

E se engana quem pensa que o problema está na gestão de Guedes. Confesso – a contragosto – que sua gestão me surpreendeu positivamente, pela percepção do todo e sua tentativa de gerir a economia de forma consistente. Paulo Guedes baixou a taxa básica de juros e desvalorizou o real. Com a queda dos juros, os preços dos ativos subiram. A Bolsa de Valores no Brasil atingiu patamares que “nunca dantes, na história deste país, havia atingido”, alimentando a emergência dos novos bilionários brasileiros ao longo dos últimos dois anos. Simultaneamente, aprofundou as reformas liberais inauguradas por Temer, levando à depressão do salário real. Com dólar mais alto e salários mais baixos alguns setores industriais puderam recompor parte de seus preços e margens de lucro. Alguns – poucos – puderam até recuperar fatias de mercado que haviam sido perdidas para as importações. Além disso, Guedes foi “pragmático” na interpretação e tratamento da PEC do Teto e, com ajuda e apoio da “oposição”, generalizou o Auxílio Emergencial em 2020, que foi responsável: (1) pela sustentação relativa (quando comparada a outros países do mundo) da dinâmica econômica interna em 2020; e (2) pela vitória conservadora nas eleições municipais do mesmo ano.

Mas nenhuma destas ações deu conta de enfrentar os nossos problemas estruturais. Os problemas vinham se acumulando e se manifestaram integralmente na entrada do ano de 2021. A inflação despontou, obrigando o Bacen a voltar atrás em sua tática e elevar os juros. Com isto, os ganhos bursáteis especulativos sofreram uma depressão, o dólar voltou a ficar mais barato (a despeito da forte especulação, puxada pela instabilidade política crescente) e os parcos ganhos da indústria foram perdidos. As reformas trabalhista e previdenciária tiveram alguma eficácia para conter o crescimento dos salários. Mas a outra face desta depressão de poder de compra é a depressão do mercado interno. Que é aprofundada pela inflação e pela queda abrupta no valor e cobertura do Auxílio Emergencial. A folga no “Teto” associada aos gastos com a pandemia foram parcialmente compensados com a depressão dos dispêndios com investimento. E a Infraestrutura não cumpriu suas promessas. Assustada, a indústria começou a criticar o projeto de privatização da Eletrobrás. Especialmente a partir da crise hídrica: se, com preços monitorados, o Brasil já tem uma das energias mais caras do mundo, o que seria “pós-privatização”?

Para piorar, a gestão de Bolsonaro nas áreas social e política foi ainda mais ineficiente. O Capitão loteou os ministérios da Saúde, Educação, Direitos Humanos, Justiça, Casa Civil, Secretaria-Geral de Governo, Desenvolvimento Social entre militares de ultra direita e lideranças de segmentos sociais e políticos (como as Igrejas Evangélicas e o Centrão) comprometidos com suas crenças “(anti)teóricas e (anti)éticas”. Figuras como Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub, Milton Ribeiro, Eduardo Pazuello, Marcelo Queiroga, Damares Alves, Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Osmar Terra, Onyx Lorezoni e Ernesto Araújo passaram a hegemonizar o primeiro escalão. Ora, mesmo que estes ministérios sejam considerados “menores” pela turma do mercado financeiro e do agronegócio, seus orçamentos e capilaridade social estão longe de serem pequenas. E as gestões dos ministros de Bolsonaro não foram apenas ideológicas. Elas foram – e continuam sendo – de uma ineficiência absolutamente exemplar. Ernesto Araújo e Abraham Weintraub, por mais de uma vez, comprometeram as relações do Brasil com a China, o país responsável por 70% do nosso saldo comercial,

pela lucratividade do agronegócio e pela estabilidade e “calculabilidade especulativa” (tão importante para o mercado financeiro) da política macroeconômica interna. A gestão da saúde foi ainda pior, levando a uma morbidade absurda durante a pandemia, em função de mandos, desmandos e arroubos do Presidente e de prevaricações e negociatas com a aquisição de vacinas (que a CPI da Covid-19 está a revelar a cada dia que passa). A gestão da Educação e da Pesquisa só não é hilária porque é trágica, comprometendo a continuidade e qualidade do sistema inovativo nacional e da formação profissional. E o que é ainda pior para a consolidação da base eleitoral reacionária de Bolsonaro: os ataques à educação pública não foram compensados por qualquer “agrado” à educação privada: o corte nos aportes de recursos para bolsas, pesquisas e investimentos das Universidades Privadas foram ainda maiores do que os cortes perpetrados sobre as Universidades Públicas. E esta “política” foi levada à frente justamente no ano do Covid-19, quando as matrículas privadas sofreram quedas de até 50% em várias instituições, que ainda estão correndo o risco de falência.

A manifestação mais clara da depressão do apoio empresarial a Bolsonaro foi dada pelas crescentes investidas do Judiciário sobre seus atos, através dos inquéritos sobre as *fake-news*, a investigação sobre as “rachadinhas” e o enriquecimento ilícito de seus filhos e pela autorização da implantação da CPI da Covid-19. Ilude-se quem pensa que o Judiciário brasileiro em geral (e o STF em particular) opera em função de princípios exclusivamente (ou, mesmo, prioritariamente) jurídicos. A instalação – ou não – de inquéritos e julgamentos como os do Mensalão, da Lava-Jato e das *fake-news* são definidos exclusivamente no plano político. O que “não interessa analisar e julgar”, sofre de “curso de prazo”; como, em certa feita, lembrou a jurisconsulto Carmen Lúcia. As ações do Judiciário sobre Bolsonaro foram um alerta: Menos! Alto lá!

Bolsonaro resolveu pagar para ver. Afinal, ele tinha destampado a panela de pressão brasileira e revelado a existência de uma massa fascistoide, ignorante e raivosa que “nunca dantes na história do nosso país” havia ousado gritar tão alto. Os atos dos dias 7 e 8 de setembro foram organizados por Bolsonaro e sua trupe com meses de antecedência e com todo o apoio e aporte de recursos que eles conseguiram galvanizar. Tratava-se de uma queda de braço. Bolsonaro queria mostrar o seu “verdadeiro tamanho”. E mostrou. Ele é muito menor do que ele mesmo pensava.

Não se trata apenas do fato das manifestações em Brasília e em São Paulo terem sido menores do que as expectativas das hostes bolsonaristas. Trata-se também da dificuldade em realizar manifestações expressivas em outras capitais. Faltou dinheiro e apoio/financiamento expressivo para estes eventos, que eram – e foram vistos por todos, corretamente – como uma tentativa/preparação de golpe. Apoiar esta tentativa envolveria apoiar o empoderamento de um Presidente incompetente, que se cerca de corruptos e ignorantes e que é incapaz sequer de sinalizar uma política econômica consistente e eficaz, capaz de contemplar parcela expressiva da burguesia nacional.

As respostas do STF, do Congresso, das lideranças dos partidos políticos tradicionais e das lideranças empresariais do país (através da carta-crítica ao governo que circulou antes dos eventos dos dias 7 e 8) foram muito mais contundentes do que tantos analistas da esquerda conseguiram enxergar. O recuo de Bolsonaro no dia 9 não se deu em função da inexistência de apoio entre suas bases radicais. A greve/lock-out de caminhoneiros do dia 8 poderia, sim, levar à paralização do país. O recuo de Bolsonaro – que já se manifestou no dia 8, através de pedidos de encerramento do movimento dos caminhoneiros e líderes do agronegócio e de empreendimentos logísticos – já era o desdobramento de uma recusa: a recusa da elite político-econômico-financeira do país em apoiar sua tentativa de golpe e/ou empoderamento. A resposta foi um rotundo e altissonante NÃO! Tão rotundo que até ele conseguiu ouvir.

Bolsonaro está morto? Claro que não. Mas sai extraordinariamente abalado deste processo. Perde a confiança e a capacidade de mobilizar novamente sua base mais radical. Perde musculatura eleitoral. Seus devaneios de poder extremado deixaram explícito para todos os defensores da “Ordem e do Progresso” que ele não aceitaria jamais o lugar de fantoche e pau-mandado. Sua incompetência como gestor e sua capacidade de cercar-se dos quadros mais medíocres do baixo clero político e intelectual já haviam deixado claro a inviabilidade de conceder-lhe poderes de exceção. Em suma: ele deixou de ser um candidato minimamente confiável e viável para disputar as próximas eleições com o “inimigo público número 1” de todas as hostes conservadoras: o lulo-petismo.

Evidentemente, as forças conservadoras não deixarão de trabalhar no sentido de articular uma alternativa político-eleitoral capaz de vencer Lula em 2022. E este desafio está cada vez maior. Por um simples motivo: desde 1989, todos os presidentes eleitos no país tiveram que se apresentar, de forma convincente, como candidatos populares e anti-sistema. Collor era o caçador de Marajás. FHC era o pai do Real, que acabou com a corrupção da hiper-inflação. Lula é Lula.

Dilma era a candidata de Lula. Bolsonaro era o cara que ia acabar com a política tradicional e a corrupção no país. A direita aprendeu que nem como apoio da Globo e dos “Mensalões e Lavas-Jatos” é capaz de emplacar candidaturas como Alckmin, Serra, Aécio, Dória, etc. Quem aparece, hoje, como alternativa popular anti-Lula? Ciro Gomes. Ele criou para si a imagem de radical, macho intempestivo, competente, sério e incorruptível. Mas seu passado e vínculos estruturais falam bem mais do que isto: ex-Arena, ex-PSDB, ex-Ministro de diversos e diversificados governos, filho de família tradicional e com grandes e fortes compromissos e vínculos com a elite do país. O MBL já entendeu isto. Logo outros entenderão. E veremos sua consagração como candidato anti-Lula. O primeiro com chances reais de emplacar. Pois aparenta tão bem ser o que não é que convence até uma parcela da esquerda intelectualizada nacional. O Brasil, definitivamente, não é para principiantes.

***Carlos Águedo Paiva** é doutor em economia pela Unicamp.

Nota

[1] Digo “em geral”, porque há heterodoxos de inflexão ricardiana que operam dentro da lógica da Lei de Say. O fundamento desta lógica é a pressuposição de que uma queda dos salários leva a uma elevação dos lucros e, portanto, seria sempre benéfica aos capitalistas.